

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO POPULAR\*

Reinaldo Matias Fleuri\*\*

*"Caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar".*

*Antonio Machado*

Alguns grupos e setores de universidades (como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade Católica de Goiás, a Universidade Metodista de Piracicaba), vêm promovendo projetos de assessoria aos movimentos populares, sobretudo a partir de 1977, juntando-se aos esforços de inúmeros outros centros de comunicação, assessoria e educação popular.

Neste contexto, a extensão universitária começa a ser repensada como um espaço institucional estratégico para que a universidade possa desenvolver atividades comprometidas com as organizações populares e, com isso, impelir processos de mudança na própria estrutura universitária.

### Quixotismo?

À primeira vista, a tradição das universidades brasileiras e a própria situação atual parecem indicar resposta afirmativa.

### Compromisso com as classes dominantes

A primeira experiência de extensão universitária no Brasil é realizada pela Universidade Livre de São Paulo,

que funciona de 1911 a 1917. Realizam-se conferências semanais, abertas ao público, sobre os mais variados temas que, porém, em nada se referem às lutas de classes que nessa época eclodem em greves e repressões policiais. Tais iniciativas da universidade são, assim, ignoradas pelas classes populares. Na realidade, estas "primeiras experiências extensionistas aconteceram mais por um ato de vontade ou 'idealismo' de segmentos da comunidade acadêmica universitária do que em função ou a partir dos interesses e necessidades da população a que se destinavam" (FAGUNDES, 1985:29).

Uma segunda experiência de extensão universitária é realizada pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, instituída em 1926 segundo o modelo dos Land Grant Colleges norte-americanos, voltados para a prestação de serviços ao meio rural (GURGEL, 1986:59-63). Já em 1929, a Escola de Viçosa realiza a primeira Semana do Fazendeiro, com a finalidade de levar assistência técnica aos proprietários agrícolas. A experiência obtém tal êxito que ainda hoje é repetida.

As experiências de extensão universitária surgidas até 1930 encontram-

\* O presente texto resume algumas reflexões elaboradas em função da tese Educação Popular e Universidade, defendida no segundo semestre de 1988, na UNICAMP.

\*\* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

se, pois, ligadas aos interesses e à ideologia das classes dominantes, ou prestando serviços aos proprietários rurais (como na Escola de Viçosa) ou oferecendo informações para satisfazer à curiosidade das elites (como na Universidade Livre de São Paulo). A proibição de "propaganda política, religiosa, comercial ou polêmica de caráter pessoal" (CUNHA, 1978:182) nas atividades extensionistas desta universidade revelam a sua desvinculação dos problemas vividos pelas classes populares na época. Tanto as lutas travadas pelos trabalhadores quanto suas iniciativas educacionais (como as escolas partidárias e sindicais criadas pelos anarquistas e socialistas na década de 20) não encontram o menor apoio de segmentos universitários.

A primeira menção legal à extensão é feita no Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto n. 19851, de 11 abr. 1931), segundo o qual a extensão deve ser feita por meio de cursos e conferências que "destinam-se, principalmente, à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardam os altos interesses nacionais" (Art. 42, § 1, apud FAVERO, 1980:160). 1980:160).

"A extensão é, pois, pensada como portadora de soluções para os problemas sociais e como veículo de idéias e princípios pautados nos *altos interesses nacionais*, aos quais devem subordinar-se as aspirações e necessidades da sociedade como um todo. Nestas formulações, os interesses na-

cionais encobrem e, ao mesmo tempo, identificam-se com os interesses da classe hegemônica, que serve-se da educação para interiorizar seus valores nas classes subalternas. (...) Com efeito, a Revolução de 30, que conduziria ao poder uma nova fração da classe dominante, precisava, para consolidar a sua hegemonia, respaldar-se na persuasão e no consenso da sociedade civil" (FAGUNDES, 1985:36; 37).

Também os fundadores da Universidade de São Paulo (1934) entendem que a universidade, normalmente destinada à formação das elites a serviço da classe dominante, possa cumprir seu compromisso social na medida em que coloca a ciência também ao "alcance do povo". Eis aí a função da extensão universitária: "realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres" (Decreto n.6.283, de 25.jan.1934, art. 2, alínea d; apud FAVERO, 1980:179).

Esta mesma função é assumida pela Universidade do Distrito Federal, fundada um ano depois. Entre seus fins, encontra-se o de "propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular" (Decreto n.5.513, de 04.abr.1935, art. 2, alínea c; apud FAVERO, 1980:192).

A extensão é, aqui, cognominada de "popular". Mas, na prática, participam destas atividades apenas profissionais da elite, já pertencentes à universidade ou por ela formados. Como

observa José FAGUNDES, "as atividades de extensão (sempre episódicas), embora se propusessem levar os benefícios da universidade até aqueles que a esta não tinham acesso, primaram pela sua desvinculação das necessidades objetivas da população a ser atingida. Poder-se-ia mesmo dizer que a extensão – que seria uma modalidade de ampliar os compromissos sociais da universidade – acabou sendo feita em nome das classes subalternas, mas em benefício das classes dominantes" (FAGUNDES, 1985:43).

A extensão universitária, do ponto de vista institucional, mantém basicamente esta mesma conotação durante o Estado Novo (quando a universidade brasileira pouco se amplia) e durante a República Populista (o período 1946-64, em que a universidade se expande consideravelmente), sendo seu elitismo questionado pelo movimento estudantil sobretudo entre 1960 e 1964. A Reforma Universitária de 1968, recalcando as reivindicações estudantis, repõe a extensão no contexto de um projeto de universidade adaptado ao Estado de Segurança Nacional e ao modelo econômico capitalista associado.

A lei 5.540/68 determina que a universidade estenda à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, suas atividades de ensino e pesquisa (art. 20), propiciando aos estudantes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento (art. 40, letra "a").

Já em 1975, a avaliação feita pelo MEC junto a 24 universidades federais indica que a extensão tem sido implementada através de cursos e/ou seminários, prestação de serviços à comunidade e programas de ação comunitária em "campi" avançados, Projeto Rondon e CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), reconhecendo que as atividades de extensão pouco têm-se articulado com as de ensino e pesquisa.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária – elaborado em 1975 pelo MEC – reafirma a extensão como o meio através do qual a universidade, por um lado, atende a outras instituições e à população; por outro, recebe retroalimentação para o ensino e a pesquisa. Nesta mesma linha, o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) orienta as atividades de extensão segundo três idéias básicas: prestação de serviços à comunidade, a realimentação da universidade e, em decorrência, a integração de ambas.

Entretanto, as diretrizes extensionistas do MEC, assim como as experiências do CRUTAC e do Projeto Rondon, também são marcadas pelo elitismo e populismo. Pressupõe-se que, de uma parte, haveria os universitários, portadores da ciência e da técnica; de outra parte, a comunidade dos necessitados, incapazes de compreender e resolver seus problemas. Estes têm problemas a resolver, aqueles têm serviços e soluções prontas a oferecer. Com isso, não se desvendam as contradições geradoras dos problemas enfrentados pela comunidade, ao contrá-

rio, desarticula-se sua capacidade de se organizar e transformar a estrutura social que a mantém sob regime de exploração e dominação. "Nessa perspectiva, a extensão tem contribuído mais para mascarar a realidade, legitimando-a, do que para desvendá-la, transformando-a" (FAGUNDES, 1985:81).

### ELITISMO QUESTIONADO

O questionamento do caráter elitista da universidade e a promoção de práticas vinculadas aos movimentos populares emergem não da universidade enquanto instituição, mas decorrem de iniciativas assumidas principalmente pelo movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1938, engaja-se no enfrentamento de questões nacionais a partir de 1956, chegando a estabelecer uma articulação orgânica com setores do movimento popular emergente no período de 1961-64.

A proposta do movimento estudantil é elaborada em vários seminários sobre a reforma universitária convocados pela UNE entre 1961 e 1963. Em todos estes debates, a UNE reafirma seu compromisso com as classes populares, na luta pela transformação social. Na Declaração da Bahia (1961) – o mais importante dos documentos da UNE neste período – ao discutir a reforma universitária como um momento do processo revolucionário da sociedade brasileira, o movimento estudantil propõe a democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em

todos os graus; a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de mestres de obra e de líderes sindicais; colocação da universidade a serviço do povo, mediante a criação, por exemplo, de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica, etc. (UNE, 1961:26-7; cf FAVERO, 1977:47; POERNER, 1979:192; GURGEL, 1985:50; CUNHA, 1983:218-26).

O movimento estudantil atribui um grande valor à extensão, enquanto fator de mediação entre universidade e povo. Mas, como lembra José FAGUNDES, "ao mesmo tempo que [os estudantes] pretendiam colocar-se sob a influência revolucionária das classes trabalhadoras, revelam uma visão semelhante àquela que as elites mantêm sobre essas classes e sobre o papel da universidade. Esta teria a função de formar os profissionais e a elite dirigente que, de posse da cultura superior, passariam a transmiti-la ao povo ignorante, chamando a si a tarefa de conscientizar esse mesmo povo e de prestar serviços aos desvalidos" (FAGUNDES, 1985:42).

Não obstante as ambigüidades do movimento estudantil, este se engaja, entre 1960 e 1964, nas campanhas de alfabetização de adultos e de cultura popular, especialmente nos Centros Populares de Cultura (CPCs), no Movimento de Educação de Base (MEB) e nos Movimentos de Cultura Popular (MCPs). A participação maciça de estudantes e professores universitários nestes movimentos caracteriza uma nova proposta de extensão universitária.

ria, embora não se tenha conseguido efetivamente envolver a universidade como instituição.

Os movimentos de promoção popular que surgem na primeira metade da década dos 60 correspondem às exigências colocadas pelo avanço da organização das classes populares, ocasionado pela política populista do governo. Intelectuais, políticos e estudantes, sensibilizados pelas lutas camponesas e operárias, se dispõem a apoiar sua mobilização e articulam movimentos de educação e cultura popular. "Deles participam os liberais, as esquerdas marxistas e os católicos influídos pelos novos rumos abertos pela reflexão de filósofos cristãos europeus e pelas transformações que se anunciavam na doutrina social da Igreja; o número de católicos interessados em tais problemas multiplica-se, principalmente a partir do momento em que os membros da JUC (Juventude Universitária Católica) começam a buscar um ideal histórico, em função do qual pudessem orientar a sua ação no mundo. Os diversos grupos lançam-se ao campo da atuação educativa com objetivos políticos claros e mesmo convergentes, embora cada um deles enfocasse o problema à sua maneira e mesmo lutassem entre si. Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente; buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, fortemente influídos pelo nacionalismo, pretendiam o rompi-

mento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo. Para tanto, a educação parecia um instrumento de fundamental importância" (PAIVA, 1985:230).

Os Centros Populares de Cultura (CPCs) surgem a partir da iniciativa de um grupo de intelectuais e artistas que, pretendendo difundir o teatro e cinema políticos destinados às classes populares, se articula com a União Nacional dos Estudantes (UNE) com a finalidade de criar uma empresa da cultura nacional. O CPC da UNE surge em 1961 e multiplica a criação de centros semelhantes por todo o país, através da primeira e da segunda UNE Volantes, respectivamente em 1962 e 1963, quando a diretoria da UNE percorre muitos Estados promovendo mobilização social. A base de atuação do CPC da UNE é o teatro de rua, além da criação de filmes e a promoção de músicas populares, através de festivais e gravações. Chega-se a construir um teatro na sede da UNE e já se pensa em cuidar da alfabetização e em criar uma Universidade de Cultura Popular, quando o golpe militar de 64 vem interromper violentamente essas iniciativas (PAIVA, 1985:231-6; POERNER, 1979:199-200; GOES, 1980:53-6).

O Movimento de Educação de Base (MEB) é criado por um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o governo federal, firmado para o período de 1961-65, para oferecer educação de base a camponeses das áreas subdesenvolvidas do país, sobretudo Norte, Nordeste

e Centro-Oeste. Traspassado pela ampla mobilização social da época, o MEB vai mudando suas características: de um movimento de educação "paróquia", alfabetizador, com prática modernizadora e paternalista, vai se secularizando, assumindo práticas de educação de base, de auto-ajuda e de construção de um poder popular e local (WANDERLEY, 1984:44-5). A partir de seu primeiro encontro de coordenadores, realizado em dez. 1962, o MEB se define como um movimento engajado com o povo na luta pela transformação social, em defesa das classes menos favorecidas. Realiza programas de educação através do rádio e desenvolve uma metodologia de animação popular, baseada nas experiências do Senegal.

"A Animação Popular, sistematizada após 1964, mas derivada da experiência do período 1962-64, era definida como um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. Com tais grupos visava-se à integração de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos os membros da comunidade local, sem desvinculação da problemática nacional e internacional. Através dela buscava-se, conjuntamente, a reflexão e ação no contexto da luta pela transformação de estruturas. A Animação Popular era, portanto, essencialmente, um processo político enquanto conscientização que prepara para a participação política na vida da comunidade e no processo de

Desenvolvimento e Organização de Comunidades, a partir de uma perspectiva política. O trabalho era desenvolvido a partir do treinamento da liderança local, formada por elementos do próprio povo, com assessoria às comunidades e ao movimento de sindicalização rural. Buscava-se integrar a escola à vida da comunidade, formando os alunos e monitores, e estimulando a atuação da liderança treinada, o esteio da Animação Popular" (PAIVA, 1985:242).

O Movimento de Cultura Popular (MCP) é criado em maio 1960, a partir de uma iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos que, inspirados por ideais cristãos e socialistas, aliam-se à prefeitura do Recife para promover conscientização das massas através da alfabetização e da educação de base. Em set. 1961 e fev. 1962, realiza uma experiência de educação pelo rádio com recepção organizada em escolas experimentais, tendo como referência o Livro de Leitura do MCP. Organiza-se, também, Parques, Praças e Núcleos de Cultura, caracterizando-se como "uma experiência nova de Universidade Popular" (PAIVA, 1985:236-8).

Experiência similar é a campanha "De Pé no Chão também se aprende a ler", criada pela prefeitura de Natal (RN) em 1961.

Para enfrentar o problema do analfabetismo, tenta-se inicialmente ampliar o sistema municipal de ensino, instalando-se classes de alfabetização em salas cedidas pelas comunidades.

A seguir, criam-se os acampamentos, dois em 1961 e mais sete em 1962. O acampamento é um conjunto de galpões de 30m x 8m, destinados a salas de aulas e reuniões comunitárias, acompanhados de hortas, aviários e parque de diversões. As atividades são organizadas por uma equipe de funcionários, articulada com as lideranças do bairro e assessorada por uma equipe da Diretoria de Ensino.

Em 1962, busca-se ampliar o alcance da campanha através do ensino mútuo (estudantes secundaristas que realizam alfabetização a pequenos grupos de adultos indo às suas próprias casas) e das Praças de Cultura. Ao mesmo tempo, cria-se o Centro de Formação de Professores. Em 1963, organizam-se cursos de profissionalização (Campanha de Pé no Chão também se aprende uma profissão) e constroem-se várias escolas. A campanha se estende para municípios do interior e, em janeiro de 1964, 40 prefeitos, numa reunião de planejamento comum, lançam a Frente de Educação Popular do Rio Grande do Norte, ceifada pelo golpe de Estado em abril (GOES, 1980).

É neste contexto do Movimento de Cultura Popular que se desenvolve o método Paulo Freire. A proposta, elaborada pela equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, suscita interesse por parte de estudantes paulistas, que começam a aplicá-la em Osasco, e por parte da Fundação Campanha de Educação Popular (CEPLAR) da Paraíba. Mas a primeira experiência extensiva com o método é

realizada no Rio Grande do Norte, iniciando-se em Angicos e, depois, no bairro de Quintas, na capital, com a perspectiva de se ampliar a todo o território norte-riograndense. Entretanto, estas experiências, assim como a concretização do Plano Nacional de Alfabetização criado em 21 jan. 1964 com base no mesmo método, são truncadas com a mudança de governo.

## **AS DIFERENTES FACES DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Na intensa mobilização social do início dos anos 60 convergem, conflitivamente, diferentes correntes do que hoje se entende por "educação popular".

A primeira vertente de educação popular é a que se identifica com a ampliação da educação escolar para todos os cidadãos. Aliás, a expressão "educação popular" é usada pela primeira vez, de modo sistemático e militante, na luta pela escola pública desenvolvida por intelectuais e educadores latino-americanos, entre fins do século passado e começo deste (PAIVA, 1985:53-155; BEISIEGEL, 1974:27-58).

No Brasil, a bandeira da escola pública é defendida pelos republicanos no final do Império. Porém, apenas com a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE) é que a primeira grande batalha é travada. Os pioneiros da Educação Nova conseguem inseri-la na Constituição de 1934. Após um declínio com a ditadura de Getúlio Vargas, a luta pelo ensino público e gratuito reacende-se no período de

discussão da Lei de Diretrizes e Bases (1948-1961). Após a promulgação desta, a UNE persiste na luta pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, por considerá-lo um importante instrumento para o avanço das lutas populares, como defende na Declaração da Bahia (1961).

Hoje, a bandeira do ensino público e gratuito é levantada, contra a política de privatização do ensino, por várias entidades como ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), FASUBRA (Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras), CPB (Confederação dos Professores do Brasil), UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas); UNE (União Nacional dos Estudantes), ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPEd (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação).

Uma outra vertente significativa de educação dirigida às camadas populares é a "educação de adultos". Embora, já no período de colonização no continente, houvesse uma sucessão de trabalhos de evangelização de "pobres, índios e pretos" e, no final do Império, já tivessem surgido escolas noturnas para adultos, a proposta de ensino de adultos se coloca com força na primeira metade dos anos 30 e, sobretudo, após o eclipse do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Com o processo de industrialização-urbanização, secundado pelo avanço de uma política nacional-populista, a tarefa de alfabetizar em massa é assumida como prioridade, gerando grandes campanhas ofi-

ciais e movimentos de educação de adultos.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos é iniciada em 1947 e a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952, ambas com o objetivo de promover alfabetização junto à população rural. Após 1954, começam a diminuir suas atividades. Em 1958, diante do reconhecido fracasso das campanhas anteriores, é criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que cresce extraordinariamente em 1959, sendo reestruturada em 1960, declinando em seguida, por dificuldades financeiras.

Entre início de 1962 e primeiros meses de 1963, o governo lança a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo, que sequer é colocada em prática, e o Programa de Emergência que tem vigência de seis meses. Todas estas campanhas são extintas em 26 mar. 1963 para permitir a descentralização prescrita pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 dez. 1961. Entretanto, a tendência centralizadora emerge novamente no Plano Nacional de Alfabetização, criado em 21 jan. 1964, mas abortado com o Golpe de Estado, em 14 abr. 1964.

Por dois anos, o governo militar esquece qualquer campanha de alfabetização, preocupado em abafar toda a mobilização popular anterior. Em 1966, o governo federal retoma a iniciativa no campo da alfabetização de adultos, oferece apoio à Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) e cria, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MO-



BRAL), que se implanta e se expande a partir de 1970, quando declina a Cruzada ABC (PAIVA, 1985:173-298).

As campanhas de educação de adultos promovidas por entidades governamentais são, na realidade, instrumentos de institucionalização setorial de uma outra vertente de educação popular.

Esta última vertente de educação popular – aliás, a que tende a ser considerada pelos movimentos populares como educação autenticamente “popular” – é constituída pelo conjunto de práticas educativas desenvolvidas pelas próprias classes populares. São, por exemplo, as escolas criadas e dirigidas por organizações socialistas e anarquistas de trabalhadores na década de 20. Também se pode incluir neste rol as diversas atividades educacionais emergentes junto aos movimentos sociais no início da década de 60, que renascem com vigor na segunda metade dos anos 70, contando com apoio de inúmeros grupos e entidades de assessoria ao movimento popular.

A diversidade de movimentos que atuam no campo da educação junto às camadas populares tem causado grande dificuldade para a conceituação de “educação popular” (BEISIEGEL, 1979:41). Todavia, pelo exposto, é possível identificar historicamente no Brasil pelo menos três movimentos distintos que se entrecruzam no campo da “educação popular”, desde o começo deste século para cá.

Em primeiro lugar, os trabalhos de educação escolar e práticas de formação de quadros entre operários. Em

segundo lugar, o movimento de educadores e intelectuais pela escola pública e pela democratização derivada da educação. Em terceiro lugar, os movimentos e campanhas de alfabetização de adultos.

Entretanto, esta multiplicidade de práticas educativas junto às camadas populares se polarizam politicamente em duas grandes correntes contrárias. Por um lado, as iniciativas patrocinadas pelo Estado, para estender os benefícios da educação escolar, especialmente aos adultos dela excluídos prematuramente. Sendo iniciativas promovidas pelas classes dominantes para consolidar seu controle ideológico sobre as classes subalternas, tendem a preservar a estrutura social capitalista. Por outro lado, os movimentos de educação popular patrocinados por grupos e instituições não-governamentais, com a perspectiva de apoiar os movimentos populares em sua tensão por superar o sistema capitalista e construir o socialismo.

Muitas vezes, as iniciativas governamentais de educação de adultos se apropriam do discurso e da metodologia criados pela educação popular, criando uma certa similaridade com as iniciativas educacionais dos movimentos populares. Mas o sujeito e o objetivo são radicalmente diferentes (cf JANUZZI, 1979).

Nas primeiras, o sujeito que planeja e controla o processo pedagógico é uma elite associada à classe dominante. Na educação popular, ao contrário, a direção permanece sob controle dos movimentos gestados pelas classes populares.

Enquanto o objetivo político da educação de adultos é o de preservar o sistema capitalista, a educação popular visa, em última instância, à superação das relações sociais de exploração e dominação numa perspectiva socialista.

### **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES**

Pode, então, a universidade apoiar processos de educação popular que apoiem as lutas das classes populares rumo à construção de uma sociedade socialista?

Não existe uma resposta a priori. Esta questão só é respondida historicamente. E a história mostra que a luta de classes atravessa todas as instituições sociais. Também o ensino superior.

A universidade, com efeito, é considerada como um instrumento privilegiado de poder, enquanto instituição formadora da elite dirigente. Como tal, o ensino superior é valorizado, de modo particular, pela burguesia industrial emergente no início deste século. Neste contexto, a "extensão popular" (tal como é chamada no Estatuto da Universidade do Distrito Federal, em 1935) não passa de um dos artifícios para justificar o compromisso social desta instituição para com a maioria da sociedade que a sustenta, dissimulando seu caráter elitista. Em nome das classes populares, ela serve apenas à elite.

Esta tendência é subvertida pelo movimento estudantil que, no contexto contraditório da república populista, sensibiliza-se pelas reivindicações das

classes populares e associa-se às suas lutas, tornando-se uma das principais organizações políticas em nível nacional neste período. Este movimento é reprimido pela ditadura militar a partir de 1964. O governo impõe, entre outras medidas, a reforma universitária, que incentiva atividades de extensão como meio de despolitização dos estudantes e de integração de comunidades marginalizadas. Mas, novamente, com a emergência dos movimentos de oposição na segunda metade dos anos 70, algumas universidades fazem eco às suas reivindicações e a extensão universitária passa a ser considerada como um espaço possível de articulação de universitários com os movimentos populares.

A extensão universitária – como lembra FAGUNDES (1985:134-7) – pode desempenhar papel análogo ao da política social: pensada como uma fórmula de atenuar e acobertar desigualdades sociais para assegurar a estabilidade do sistema, apresenta virtualidades capazes de inverter os objetivos para os quais é instituída. Embora toda a política predominante imponha uma perspectiva conservadora e domesticadora de extensão universitária, esta é considerada um espaço contraditório onde se pode gestar um novo projeto de universidade articulado com o processo de transformação social.

É justamente esta a perspectiva assumida por estudantes e intelectuais engajados nos movimentos de educação e cultura popular nos anos 60-64, assim como pelos grupos de universitários que vêm, desde meados da década

passada, promovendo atividades articuladas com movimentos populares.

O avanço destas experiências depende, e evidentemente, da sua articulação histórica com forças progressistas e da criação de condições sócio-políticas favoráveis. Mas estas só poderão ser fecundadas por ações baseadas na compreensão clara das contradições, dos limites e das possibilidades concretas, compreensão esta que vai-se construindo na própria prática dos movimentos sociais.

Entre as principais contradições emergentes nas práticas de extensão universitária, a meu ver, encontram-se as que se referem ao saber e ao poder.

Recentemente, tem sido bastante enfatizada a dimensão política tanto da universidade (FAVERO, 1980:17-29), quanto da educação popular (MUNOS, 1983:57-69), realidades contraditórias em si e entre si.

Por um lado, a universidade, tal como o sistema escolar, é instituída como uma estrutura hierárquica, burocrática, sob controle do Estado, que lhe impõe os objetivos definidos segundo os interesses da classe dominante. Mas, embora a organização burocrática procure formalizar, subdividir e hierarquizar as relações de trabalho, os objetivos impostos não se concretizam mecanicamente, pois sua execução passa pela mediação de uma série complexa de relações sociais que os reelaboram.

Por outro lado, os movimentos sociais, em que se gesta a educação popular, favorecem a democracia de base e as transformações a partir da vivência do cotidiano (CEAS, 1984:a12-

3). Mas, ao promoverem a criação de instituições que garantam suportes mais sólidos para o avanço de suas lutas, correm o risco de se burocratizarem e de serem manipulados pela cúpula segundo objetivos contrários aos formulados pelas bases.

Assim, nas atividades de extensão universitária em educação popular, confrontam-se, de um lado, a universidade (com sua estrutura burocrática, constantemente minada pelo próprio conjunto de relações sociais que lhe dá consistência) e, de outro lado, os movimentos populares (com sua dinâmica espontânea e democrática, constantemente ameaçada pela burocratização). Esta situação contraditória abre a possibilidade de que tais atividades sirvam, de acordo com o contexto histórico, tanto para a consolidação do poder da classe dominante, quanto para apoiar a construção da hegemonia de classes populares.

Aliás, a própria ambigüidade dos profissionais de classe média na sociedade capitalista abre perspectiva para que estes, em determinadas situações históricas, se comprometam com as classes subalternas. Com efeito, a classe dominante precisa formar seus "intelectuais orgânicos", a elite dirigente que mediatize o exercício de seu poder. Mas, enquanto classe, os profissionais não se identificam com a burguesia, por não serem proprietários, nem com os trabalhadores manuais, por serem remunerados com parte da mais-valia retirada da classe trabalhadora. Assim, nas situações de crise econômica, a crise média tende a se aliar aos operá-

rios e camponeses em oposição à burguesia e, nos períodos de prosperidade, o contrário (MADURO, 1984:53-61).

A ambigüidade do profissional intelectual decorre da divisão social entre o trabalho intelectual e o trabalho manual na sociedade capitalista. E aqui emerge a contradição entre saber erudito e saber popular.

Por um lado, o saber erudito, cultivado e transmitido pelo sistema escolar, de modo especial pela universidade, tende a elaborar a ciência e a técnica através da especialização. Na medida em que a especialização se aprofunda, as ciências tendem a se fragmentar e a se distanciar cada vez mais da prática social que lhes dá sentido. Desta maneira, para não se tornar estéril, o saber erudito precisa se rearticular com o processo produtivo e com as necessidades sociais que motivam sua elaboração. Em outras palavras, o desenvolvimento das ciências e das técnicas só tem sentido na medida em que, aprofundando-se, enseja sua reapropriação pela sociedade, em função de suas necessidades objetivas.

Por outro lado, o saber popular constitui a compreensão que as classes populares elaboram a respeito da realidade, tendo como base suas necessidades e sua prática. Mas o saber

popular, construído historicamente no bojo das lutas de resistência das classes populares, embora seja fundamental, não é suficiente para a construção de sua hegemonia. "O esforço dos trabalhadores para terem poder sobre o processo de trabalho esbarra com a rápida obsolescência do seu saber técnico e com a insuficiência dos conhecimentos obtidos. Donde a necessidade que tem o movimento operário de recuperar e transformar a função da escola e da ciência" (LETTIERI, 1980:202). O saber técnico-científico negado à classe é indispensável para que ela possa se organizar e conquistar o controle sobre o processo social de trabalho.

Assim, por um lado, as classes populares, para construir sua hegemonia, têm necessidade de usar e transformar a escola; por outro lado, a escola, para recuperar o sentido social de sua função, precisa se articular com a prática social e se colocar a serviço da maioria (que é constituída pelas classes populares).

Nesta perspectiva, a articulação entre escola e movimento popular pode ser particularmente fecunda. E no que diz respeito à universidade, o espaço contraditório da extensão em educação popular pode oferecer condições estratégicas favoráveis a esta articulação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Trad. Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis, Vozes, 1980. 188p. (Educação e tempo presente, 14).
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Cultura do povo e educação popular. In: VALLE, E. & QUEIROZ, J.J. **A cultura do povo**. São Paulo, Cortez & Moraes/EDUC, 1979. 144p. (Coleção do Instituto de Estudos Especiais, PUCSP, 1).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O ardil da ordem**; Caminhos e armadilhas da educação popular. 2.ed. Campinas. Papyrus, 1986. 116p. (Krisis).

\_\_\_\_\_. Os caminhos cruzados. In: **Educação & Sociedade**, São Paulo, 6(19):21-45, dez. 1984.

\_\_\_\_\_. **Educação popular**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. 88p. (Primeiros vôos).

\_\_\_\_\_. org. **A questão política da educação popular**. São Paulo, Brasiliense, 1980. 200p.

CEAS. Movimentos sociais e poder popular. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador, (89):1-5, jan./fev. 1984.

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. In: **Cadernos de Educação Popular**. Petrópolis, (1):7-47, 1981.

CUNHA, Luis Antonio. **A universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983. 260p.

EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES. Piracicaba, UNIMEP, n.1, jul. 1984.

EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES. Piracicaba, UNIMEP, n.2, jul. 1985.

FAGUNDES, José **Universidade e compromisso social**; extensão, limites e perspectivas. Campinas, UNICAMP, 1985. 170p. Tese, doutorado.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, Vozes, 1977. 102p. (Coleção Tempo presente, 13)

\_\_\_\_\_. **Universidade & poder**; análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980. 205p.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educar para quê?**; contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 2.ed. Uberlândia, UFU, 1987. 108p.

\_\_\_\_\_. **Movimento popular, política e religião**. São Paulo, Loyola, 1985. 104p.

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [Extención o comunicacón?]. 2.ed. Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 96p.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 224p.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**; um estudo introdutório. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1983. 175p.
- \_\_\_\_\_. Escola pública popular; uma alternativa para a constituinte. In: **Educação Brasileira**. Brasília, 8 (18):113-22, 1.sem. 1987.
- GARCIA, Pedro Benjamin. Saber popular / educação popular. In: **Cadernos de Educação Popular**. Petrópolis, (3):33-62, 1982.
- GOES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**: uma escola democrática. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, 210p. (Coleção Educação e transformação, 3).
- GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo, Cortez/Autores Associados/Universidade Federal do Ceará, 1986. 182p. (Coleção Educação contemporânea).
- JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e MOBRAL. Paulo, Cortez & Moraes, 1979. 112p. (Educação universitária).
- JARA, Oscar. **Concepção dialética da educação popular**. São Paulo, CEPIS, maio. 1985. 34p. (Texto de apoio, 2).
- LETTIERI, Antonio. A fábrica e a escola. In: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo, Martins Fontes, 1980. p. 193-209. (Novas Direções).
- MADURO, Otto. O profissional de classe média e as lutas populares. **Cadernos do CEAS**, Salvador, (91):53-61, maio-jun. 1984.
- MUNOZ, José Vicente. **O saber das classes populares e a prática da educação popular**. Tese de mestrado. Rio de Janeiro, IESAE, 1983. 95p.
- PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 3.ed. São Paulo, Loyola, 1985. 368p. (Temas Brasileiros, 2).

\_\_\_\_\_. **Extensión universitária en Brasil.** San Jose, Nueva Sociedad. (15):1-16, s.d.

\_\_\_\_\_. org. **Perspectivas e dilemas da educação popular.** Rio de Janeiro, Graal, 1984. 326p. (Biblioteca de Educação, 4).

POERNER, Artur José. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 381p. (Coleção Retratos do Brasil, 68).

PRESTES MOTTA, Fernando Cláudio. **O que é burocracia.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. 112p. (Coleção Primeiros passos, 53).

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. **Extensão universitária:** conteúdo ideológico e a prática da dominação. Tese de mestrado. Piracicaba, UNIMEP, 1983. 124p.

SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira, org. **São Paulo:** o povo em movimento. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980. 231p.

SOCCORRO, Maria Lúcia Alves do. **O confronto entre saberes distintos presentes nas práticas educativas dirigidas às camadas populares.** Tese de mestrado. Curitiba, UFPr, 1984. 153p.

WANDERLEY, Luis Eduardo Waldemarin. Apontamentos sobre educação popular. In: **A cultura do povo.** São Paulo, Cortez & Moraes/EDUC, 1979. p.58-79.

\_\_\_\_\_. **Educar para transformar;** Educação popular, Igreja Católica e política do Movimento de Educação de Base. Petrópolis, Vozes, 1984. 526p. (Sociologia religiosa, 7).

\_\_\_\_\_. Universidade e educação popular; pontos para discussão. In: **Educação popular: experiências e reflexões.** Piracicaba. Ed. UNIMEP, (2):26-33, jul. 1985.